



DE 23 A 27 FEVEREIRO DE 2015 NOVIDADES LEGISLATIVAS E REGULAMENTARES MAIS SIGNIFICATIVAS

ACTIVIDADES DE COMÉRCIO, SERVIÇO E RESTAURAÇÃO

[Portaria n.º 57-D/2015 - Diário da República n.º 41/2015, 3.º Suplemento, Série I de 2015-02-27](#)

Ministério da Economia

Fixa os parâmetros e a metodologia para a determinação da valia do projecto realizada na fase de instrução dos procedimentos de autorização conjunta de grandes superfícies comerciais não inseridas em conjuntos comerciais e de conjuntos comerciais com área bruta locável igual ou superior a 8 000 m²

ACTIVIDADE PARLAMENTAR E PROCESSO LEGISLATIVO

ÚLTIMAS INICIATIVAS ENTRADAS

[Projecto de Lei 801/XII](#)

Reforça o regime de controlo dos acréscimos patrimoniais não justificados ou não declarados dos titulares dos cargos políticos e equiparados

Autoria PS

[Projecto de Lei 798/XII](#)

Enriquecimento ilícito

Autoria PSD / CDS-PP

[Projecto de Lei 797/XII](#)

Quinta alteração à Lei n.º 25/2008, de 5 de Junho (estabelece medidas de natureza preventiva e repressiva de combate ao branqueamento de vantagens de proveniência ilícita e ao financiamento do terrorismo)

Autoria PSD / CDS-PP

[Projecto de Lei 796/XII](#)

Oitava alteração à Lei n.º 25/2006, de 30 de Junho, que aprova o regime sancionatório aplicável às transgressões ocorridas em matéria de infra-estruturas rodoviárias onde seja devido o pagamento de taxas de portagem

Autoria PSD / CDS-PP

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

[Projecto de Lei 795/XII](#)

Integra a sinistralidade rodoviária como um novo objectivo dos conselhos municipais de segurança procede à primeira alteração à lei n.º 33/98, de 18 de Julho, que cria os conselhos municipais de segurança
Autoria PSD / CDS-PP

[Proposta de Lei 288/XII](#)

Procede à terceira alteração à Lei n.º 23/2007, de 4 de Julho, que aprova o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional
Autoria Governo

[Projecto de Lei 793/XII](#)

Primeira alteração a Lei n.º 59/90, de 21 de Novembro, Autonomia administrativa dos órgãos independentes que funcionam junto da Assembleia da República
Autoria PSD / PS / CDS-PP / PCP / BE / PEV

[Proposta de Lei 287/XII](#)

Aprova o Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros
Autoria Governo

ÚLTIMOS TEXTOS APROVADOS

[Decreto da Assembleia 315/XII](#)

Sétima alteração ao Decreto-Lei n.º 96/89, de 28 de Março, regulando a protecção social dos tripulantes dos navios registados no Registo Internacional da Madeira



CONCORRÊNCIA

[Autoridade da Concorrência realiza buscas por suspeitas de práticas anticoncorrenciais](#)

Comunicado 03/2015



DOAÇÃO DE ÓRGÃOS

[Despacho n.º 2055/2015 - Diário da República n.º 40/2015, Série II de 2015-02-26](#)

Ministério da Saúde - Gabinete do Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde

Estabelece as condições em que pode ser concedida a compensação prevista no n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 36/2013, de 12 de Junho, que aprovou o regime de garantia de qualidade e segurança dos órgãos de origem humana destinados a transplantação no corpo humano



EDUCAÇÃO

[Despacho n.º 1919-A/2015 - Diário da República n.º 37/2015, 2º Suplemento, Série II de 2015-02-23](#)

Ministério da Educação e Ciência - Gabinete do Secretário de Estado do Ensino Básico e Secundário

Define o calendário de realização da(s) componente(s) específica(s) da prova a aplicar no ano escolar 2014-2015 e a respectiva modalidade e duração

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

[Deliberação n.º 223-A/2015 - Diário da República n.º 39/2015, 1º Suplemento, Série II de 2015-02-25](#)

Ministério da Educação e Ciência - Comissão Nacional de Acesso ao Ensino Superior

Fixa os pré-requisitos para a candidatura de 2015-2016

FAMÍLIA E MENORES

[Recomendação CM/Rec \(2015\)4 sobre prevenção e resolução de conflitos respeitantes à alteração de residência de crianças](#)

O Comité de Ministros do Conselho da Europa, durante a sua 1219ª sessão, que teve lugar nos passados dias 11 e 12 de Fevereiro, adoptou uma Recomendação destinada a oferecer orientações aos Estados membros do Conselho da Europa no âmbito da prevenção e resolução de disputas nos casos em que um dos progenitores ou detentor da responsabilidade parental pretende alterar a residência da criança com quem vive.

FINANCEIRO

[Lei n.º 16/2015 - Diário da República n.º 38/2015, Série I de 2015-02-24](#)

Assembleia da República

Transpõe parcialmente as Directivas n.ºs [2011/61/UE](#) e [2013/14/UE](#), procedendo à revisão do regime jurídico dos organismos de investimento colectivo e à alteração ao Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras e ao Código dos Valores Mobiliários

[Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 7/2015/A - Diário da República n.º 37/2015, Série I de 2015-02-23](#)

Região Autónoma dos Açores - Assembleia Legislativa

Resolve pronunciar-se por iniciativa própria sobre a privatização da TAP-SGPS, S.A.

[Relatório final da Comissão de acompanhamento da privatização das empresas seguradoras do grupo Caixa Geral de Depósitos](#)

BANCO DE PORTUGAL

[Formação financeira: Conselho Nacional de Supervisores Financeiros e Cooperativa António Sérgio para a Economia Social assinam protocolo](#)

[Banco de Portugal divulga estatísticas de fundos de investimento relativas a 2014](#)

[Banco de Portugal divulga estatísticas de balanço e taxas de juro dos bancos relativas a 2014](#)

[Banco de Portugal divulga estatísticas da balança de pagamentos e da posição de investimento internacional relativas a 2014](#)

[Boletim Estatístico - Fevereiro 2015](#)

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

Carta-Circular

[1/2015/DSP](#) - Informa de que podem aplicar uma taxa de desconto, de acordo com as Orientações da EBA, a uma parte da componente variável da remuneração.

CMVM – COMISSÃO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS

[Indicadores Mensais sobre Recepção de Ordens por Conta de Outrem - Janeiro 2015](#)

FISCAL

[Declaração de Rectificação n.º 5/2015 - Diário da República n.º 40/2015, Série I de 2015-02-26](#)

Assembleia da República

Declaração de rectificação à [Lei n.º 82-B/2014](#), de 31 de Dezembro, Orçamento do Estado para 2015

[Declaração de Rectificação n.º 6/2015 - Diário da República n.º 41/2015, Série I de 2015-02-27](#)

Assembleia da República

Declaração de Rectificação à [Lei n.º 82-D/2014](#), de 31 de Dezembro, que «Procede à alteração das normas fiscais ambientais nos sectores da energia e emissões, transportes, água, resíduos, ordenamento do território, florestas e biodiversidade, introduzindo ainda um regime de tributação dos sacos de plástico e um regime de incentivo ao abate de veículos em fim de vida, no quadro de uma reforma da fiscalidade ambiental»

AT – AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA

[Circular n.º 4/2015, de 25/02 - Redução de taxa do IMI para prédios urbanos destinados a produção de energia a partir de fontes renováveis \(Artigo 44.º-A do EBF\).](#)

[Ofício-Circulado n.º 20174/2015 - Declaração Modelo 3 de IRS em vigor a partir de Janeiro de 2015.](#)

[Síntese da Execução Orçamental de Janeiro de 2015](#)

[Lista actualizada das taxas de IVA em vigor nos vários Estados membros da UE, a partir de 1 de Janeiro de 2015.](#)

IAPMEI

[Portaria n.º 51/2015 - Diário da República n.º 40/2015, Série I de 2015-02-26](#)

Ministérios das Finanças e da Economia

Aprova os estatutos do IAPMEI - Agência para a Competitividade e Inovação, I. P., e revoga a [Portaria n.º 538/2007](#), de 30 de Abril

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

INSOLVÊNCIA

[Acórdão n.º 26/2015 - Diário da República n.º 41/2015, Série II de 2015-02-27](#)

Tribunal Constitucional

Não julga inconstitucional a norma, extraída do artigo 255.º, n.º 1, do Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 53/2004, de 18 de Março, no segmento em que determina a irrecorribilidade da decisão judicial que, considerando altamente improvável que o plano de pagamentos venha a obter aprovação, dá por encerrado o incidente iniciado com a apresentação de tal plano

NACIONALIDADE

[Decreto-Lei n.º 30-A/2015 - Diário da República n.º 41/2015, 2º Suplemento, Série I de 2015-02-27](#)

Ministério da Justiça

Procede à segunda alteração ao Regulamento da Nacionalidade Portuguesa, aprovado pelo [Decreto-Lei n.º 237-A/2006](#), de 14 de Dezembro, permitindo a concessão da nacionalidade portuguesa, por naturalização, a descendentes de judeus sefarditas

PENAL

[Aviso n.º 5/2015 - Diário da República n.º 38/2015, Série I de 2015-02-24](#)

Ministério dos Negócios Estrangeiros

Torna público que a República Checa depositou o seu instrumento de ratificação à Convenção sobre o Cibercrime, aberta a assinatura em Budapeste, em 23 de Novembro de 2001

[Aviso n.º 6/2015 - Diário da República n.º 38/2015, Série I de 2015-02-24](#)

Ministério dos Negócios Estrangeiros

Torna público que a República de Malta depositou o seu instrumento de ratificação à Convenção sobre o Cibercrime, aberta a assinatura em Budapeste em 23 de Novembro de 2001

[Aviso n.º 7/2015 - Diário da República n.º 39/2015, Série I de 2015-02-25](#)

Ministério dos Negócios Estrangeiros

Torna público que a República do Panamá depositou o seu instrumento de aceitação da Convenção sobre o Cibercrime, aberta a assinatura em Budapeste em 23 de Novembro de 2001

[Aviso n.º 8/2015 - Diário da República n.º 39/2015, Série I de 2015-02-25](#)

Ministério dos Negócios Estrangeiros

Torna público que o Reino dos Países Baixos emitiu uma declaração à Convenção Europeia para a Repressão do Terrorismo, aberta a assinatura em Estrasburgo, em 27 de Janeiro de 1977

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

[Aviso n.º 10/2015 - Diário da República n.º 39/2015, Série I de 2015-02-25](#)

Ministério dos Negócios Estrangeiros

Torna público que a República da Áustria depositou o seu instrumento de ratificação à Convenção sobre o Cibercrime, aberta a assinatura em Budapeste em 23 de Novembro de 2001, tendo formulado uma reserva e emitido as várias declarações

[Aviso n.º 13/2015 - Diário da República n.º 39/2015, Série I de 2015-02-25](#)

Ministério dos Negócios Estrangeiros

Torna público que a Bósnia Herzegovina formulou a comunicação das autoridades ou organismos designados de acordo com o artigo 48.º da Convenção sobre o Cibercrime, aberta a assinatura em Budapeste, em 23 de Novembro de 2001

[Aviso n.º 14/2015 - Diário da República n.º 39/2015, Série I de 2015-02-25](#)

Ministério dos Negócios Estrangeiros

Torna público que a Commonwealth da Austrália depositou o seu instrumento de adesão à Convenção sobre o Cibercrime, aberta a assinatura em Budapeste em 23 de Novembro de 2001, tendo formulado várias reservas e emitido várias declarações

[Aviso n.º 15/2015 - Diário da República n.º 40/2015, Série I de 2015-02-26](#)

Ministério dos Negócios Estrangeiros

Torna público que o Reino dos Países Baixos emitiu uma declaração à Convenção Relativa ao Branqueamento, Detenção, Apreensão e Perda dos Produtos do Crime, aberta a assinatura em Estrasburgo, em 8 de Novembro de 1990



PORTUGAL 2020

[Portaria n.º 57-A/2015 - Diário da República n.º 41/2015, 1º Suplemento, Série I de 2015-02-27](#)

Presidência do Conselho de Ministros e Ministério da Economia

Adopta o regulamento específico do domínio da Competitividade e Internacionalização

[Portaria n.º 57-B/2015 - Diário da República n.º 41/2015, 1º Suplemento, Série I de 2015-02-27](#)

Presidência do Conselho de Ministros e Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia

Adopta o Regulamento Específico Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos



POSTOS DE ABASTECIMENTO

[Portaria n.º 53/2015 - Diário da República n.º 41/2015, Série I de 2015-02-27](#)

Ministério da Economia

Define os montantes, datas e formas de pagamento das taxas devidas à EP - Estradas de Portugal, S. A., pelo licenciamento para implantação de postos de abastecimento de combustíveis marginais às estradas e pela utilização privativa de acesso à estrada

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

[Portaria n.º 54/2015 - Diário da República n.º 41/2015, Série I de 2015-02-27](#)

Ministérios da Economia e do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia

Fixa as regras da localização, classificação, composição e funcionamento das áreas de serviço inseridas em zona de domínio público rodoviário e dos postos de abastecimento que sejam marginais às estradas que constituem a Rede Rodoviária Nacional, assim como as estradas regionais e estradas desclassificadas sob jurisdição da EP - Estradas de Portugal, S. A.

PREVIDENCIAL

[Declaração de Rectificação n.º 7/2015 - Diário da República n.º 41/2015, Série I de 2015-02-27](#)

Presidência do Conselho de Ministros - Secretaria-Geral

Rectifica a [Portaria n.º 286-A/2014](#), de 31 de Dezembro, dos Ministérios das Finanças e da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, que estabelece as normas de actualização das pensões mínimas do regime geral da segurança social para o ano de 2015, publicada no Diário da República n.º 252, 1.ª série, 2.º suplemento, de 31 de Dezembro de 2014

PROCESSO DE INVENTÁRIO

[Portaria n.º 46/2015 - Diário da República n.º 37/2015, Série I de 2015-02-23](#)

Ministério da Justiça

Primeira alteração da [Portaria n.º 278/2013](#), de 26 de agosto, que regulamenta o processamento dos actos e os termos do processo de inventário nos cartórios notariais, no âmbito do regime Jurídico do Processo de Inventário aprovado pela [Lei n.º 23/2013](#), de 5 de Março

REDUÇÃO DE COMPORTAMENTOS ADITIVOS E DAS DEPENDÊNCIAS

[Declaração de Rectificação n.º 8/2015 - Diário da República n.º 41/2015, Série I de 2015-02-27](#)

Presidência do Conselho de Ministros - Secretaria-Geral

Rectifica a [Resolução do Conselho de Ministros n.º 79/2014](#), de 29 de Dezembro, do Conselho de Ministros, que aprova o Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e das Dependências 2013-2020 e o Plano de Acção para a Redução dos Comportamentos Aditivos e das Dependências 2013-2016, publicada no Diário da República n.º 250, de 29 de Dezembro de 2014

SAÚDE

[Despacho n.º 2129-B/2015 - Diário da República n.º 41/2015, 2º Suplemento, Série II de 2015-02-27](#)

Ministérios da Saúde, da Educação e Ciência e da Solidariedade, Emprego e Segurança Social - Gabinetes dos Ministros da Saúde, da Educação e Ciência e da Solidariedade, Emprego e Segurança Social

Aprova a Estratégia Integrada para as Doenças Raras 2015-2020 e revoga o Programa Nacional para as Doenças Raras, aprovado em 2008, e a criação de uma Rede Nacional de Centros de Referência para Doenças Raras, aprovada em 2011, pelo Ministério da Saúde

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

TMT

[Portaria n.º 50-A/2015 - Diário da República n.º 39/2015, 1º Suplemento, Série I de 2015-02-25](#)

Ministérios das Finanças e da Economia

Aprova o programa do concurso e o caderno de encargos do procedimento de concurso público para a selecção da entidade a designar para a prestação do serviço universal de disponibilização de uma lista telefónica completa e de um serviço completo de informações de listas

[Despacho n.º 2036-A/2015 - Diário da República n.º 39/2015, 2º Suplemento, Série II de 2015-02-25](#)

Ministério da Economia - Gabinete do Ministro

Designa, nos termos do n.º 1 do artigo 67.º do Código dos Contratos Públicos, o júri do procedimento de concurso público para a selecção da entidade a designar para a prestação do serviço universal de disponibilização de uma lista telefónica completa e de um serviço completo de informações de listas

ANACOM

[Consulta relativa ao projecto de terminologia comum no âmbito da informação pré-contratual e contratual de comunicações electrónicas](#)

RAM – REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

[Decreto Regulamentar Regional n.º 1/2015/M - Diário da República n.º 38/2015, Série I de 2015-02-24](#)

Região Autónoma da Madeira - Presidência do Governo

Aprova o Regulamento para a Atribuição de Apoios a Planos de Promoção e Marketing Turístico da Região Autónoma da Madeira

UNIÃO EUROPEIA

JORNAL OFICIAL DA EU

ACTOS NÃO LEGISLATIVOS

Decisão de Execução (UE) 2015/296 da Comissão, de 24 de Fevereiro de 2015, que [estabelece as disposições processuais de cooperação entre Estados-Membros em matéria de identificação electrónica nos termos do artigo 12.º, n.º 7, do Regulamento \(UE\) n.º 910/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à identificação electrónica e aos serviços de confiança para as transacções electrónicas no mercado interno](#)

Decisão (UE) 2015/297 do Banco Central Europeu, de 15 de Dezembro de 2014, que altera a [Decisão BCE/2010/23 relativa à repartição dos proveitos monetários dos bancos centrais nacionais dos Estados-Membros cuja moeda é o euro](#) (BCE/2014/56)

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

Decisão (UE) 2015/298 do Banco Central Europeu, de 15 de Dezembro de 2014, relativa à [distribuição intercalar dos proveitos do Banco Central Europeu](#) (BCE/2014/57)

Decisão (UE) 2015/299 do Banco Central Europeu, de 10 de Fevereiro de 2015, que altera a Decisão BCE/2014/34 [relativa a medidas respeitantes às operações de refinanciamento de prazo alargado direccionadas](#) (BCE/2015/5)

COMISSÃO

[Comissão processa Portugal no Tribunal por não ter alterado o imposto de matrícula sobre os veículos usados em conformidade com a legislação da EU](#)

De acordo com a legislação portuguesa, o cálculo do imposto incidente sobre os veículos usados introduzidos em Portugal a partir de outro Estado-Membro não tem em conta o valor real do veículo.

Não é tida em consideração nenhuma desvalorização até o veículo ter mais de um ano de tempo de uso, nem é considerada nenhuma desvalorização adicional para os veículos com mais de cinco anos de utilização. Tal pode resultar numa tributação mais elevada dos veículos importados do que dos veículos adquiridos no mercado português.

[União da Energia: energia segura, sustentável, concorrencial e a preços acessíveis para todos os europeus](#)

A energia é utilizada para aquecer e arrefecer os edifícios e as residências, transportar mercadorias e alimentar a economia. No entanto, com o envelhecimento das infra-estruturas, a má integração dos mercados e a descoordenação das políticas, os nossos consumidores, famílias e empresas não beneficiam de uma maior escolha ou de preços de energia mais baixos. Chegou a altura de completar o mercado único da energia na Europa.

[Ligar os mercados da electricidade para garantir a segurança de aprovisionamento, a integração do mercado e a utilização em vasta escala das energias renováveis](#)

Comissão europeia - Ficha informativa

[União da Energia](#)

Comissão europeia - Ficha informativa

[relativa a medidas respeitantes às operações de refinanciamento de prazo alargado direccionadas](#) (BCE/2015/5)

PARLAMENTO EUROPEU

[A reforma do regime de comércio de licenças de emissão da EU](#)

A Comissão do Ambiente do Parlamento Europeu apoia a reforma do regime de comércio de licenças de emissão da UE (RCLE-UE). O objectivo? Reduzir as emissões de gases com efeito de estufa e combater as alterações climáticas.

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

PORTAL DO GOVERNO



COMUNICADO DO CONSELHO DE MINISTROS DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015

[Foi aprovado, entre outros, o seguinte:](#)

- Revisão do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial.
- Proposta de lei que estabelece as regras e os deveres de transparência a que fica sujeita a realização de campanhas de publicidade institucional do Estado, bem como as regras aplicáveis à distribuição da publicidade institucional do Estado em território nacional através dos órgãos de comunicação social locais e regionais.
- Regime Jurídico dos Jogos e Apostas Online e alterou o Código da Publicidade, a Tabela Geral do Imposto do Selo e a orgânica do Instituto do Turismo de Portugal, I.P..
- Regime jurídico da exploração e prática das apostas desportivas à cota de base territorial e alterou a Tabela Geral do Imposto do Selo e os Estatutos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.
- Regimes jurídicos da exploração e prática das apostas hípcas mútuas de base territorial, bem como da atribuição da exploração de hipódromos autorizados a realizar corridas de cavalos sobre as quais se praticam apostas hípcas e ainda as regras relativas às corridas de cavalos sobre as quais podem ser efectuadas apostas hípcas.
- Alteração do diploma que regula o exercício da actividade de exploração do jogo do bingo.
- Alteração à Lei do Jogo.
- Alteração do regime de isenção de taxas moderadoras, de forma a estender a isenção a todos os menores.
- Prorrogação por três anos, o prazo de vigência do regime excepcional de contratação de médicos aposentados pelos serviços e estabelecimentos do Serviço Nacional de Saúde.
- Início do processo de abertura ao mercado da exploração dos serviços públicos de transporte de passageiros prestados pelas empresas Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A., e Metropolitano de Lisboa, E.P.E. (ML), através da subconcessão desses serviços.
- Diploma para assegurar a execução do regulamento da União Europeia sobre os agrupamentos europeus de cooperação territorial (AECT), ponderando a experiência já desenvolvida em Portugal no âmbito da criação e funcionamento dos AECT.
- Medidas para a utilização confinada de microrganismos geneticamente modificados e de organismos geneticamente modificados, tendo em vista a protecção da saúde humana e do ambiente, transpondo uma directiva da União Europeia sobre esta matéria.

(...)

 Sociedade de Advogados Portuguesa do Ano
Chambers European Excellence Awards, 2009, 2012

 Sociedade de Advogados Ibérica do Ano
The Lawyer European Awards, 2012

 25ª Sociedade de Advogados mais Inovadora da Europa
Financial Times - Innovative Lawyers Awards, 2011, 2012